

**ACÓRDÃO-00497-2008-096-03-00-9-AP**

**AGRAVANTE:** MUNICÍPIO DE UNAÍ

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**EMENTA:** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. A Lei 9.958/00, que conferiu nova redação ao art. 876 da CLT, incluiu no rol dos títulos executivos o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho, exigindo, contudo, o atendimento das imposições contidas no art. 586 do CPC, quanto à certeza, liquidez e exigibilidade, requisitos presentes na espécie dos autos.

## **RELATÓRIO**

A juíza Ana Carolina Simões Silveira, da Vara de Unaí, julgou improcedentes os embargos à execução interpostos pelo Município.

Ele agrava de petição arguindo carência de ação, por impossibilidade jurídica do pedido, sustentando a ineficácia do Termo de Ajustamento de Conduta como título executivo extrajudicial e a impossibilidade de punição da pessoa jurídica e, no “mérito”, questionando a competência desta Justiça para apreciar as contratações administrativas realizadas à luz de leis municipais.

Contraminuta às fls. 108/115.

A Procuradoria Regional do Trabalho, por intermédio da dra. Andréa Ferreira Bastos, opinou pelo prosseguimento do feito (fl. 117).

## **VOTO**

Conheço do agravo porque próprio, tempestivo e não sujeito a preparo.

### **1. Competência**

Sustenta o agravante que vem reiteradamente questionando a competência da Justiça do Trabalho para apreciar as contratações administrativas realizadas à luz das leis municipais 1.491/93 e 1.901/01, indicando aresto do STF.

É certo que são inúmeras as Reclamações Constitucionais ajuizadas por entes públicos condenados com fulcro na Súmula 363 do TST em que o STF, declarando a incompetência absoluta desta Especializada, cassou a decisão por ela proferida e determinou a remessa dos autos à Justiça Comum (v.g., Rcls nºs 5381, 6552 e 6281, dentre tantas outras). Entende, em suma, a Suprema Corte que o vínculo jurídico formado entre o Poder Público e seus servidores tem sempre natureza administrativa, consoante art. 39 da CR. Logo, faleceria à Justiça do Trabalho competência para apreciar a legalidade das leis locais

## **ACÓRDÃO-00497-2008-096-03-00-9-AP**

que disciplinam a contratação temporária e, por conseguinte, a pretensa nulidade das relações de trabalho firmadas pela Administração Pública sem a prévia seleção de servidores mediante concurso público.

Mas no presente caso descabe a aplicação desse entendimento, porquanto se trata de execução de título executivo extrajudicial, cuja obrigação foi assumida por livre e espontânea vontade do agravante e descumprida, em verdade, desde a assinatura do termo de compromisso, como se vê das decisões de fls. 11/46, proferidas por esta Justiça. Referida discussão seria apropriada em fase cognitiva, como, por exemplo, em eventual ação civil pública.

Rejeito.

### **2. Carência de ação. Impossibilidade jurídica do pedido**

O documento de fls. 8/10 revela que as partes firmaram Termo de Ajustamento de Conduta, em 16.4.03, por meio do qual o agravante se comprometeu a não contratar “qualquer funcionário para o seu quadro de pessoal permanente, em desacordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição da República, provendo seu quadro de pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos”, bem como que no prazo de um ano desligaria de “seus quadros todos os trabalhadores que tenham sido irregularmente contratados a partir de 5.10.88 e que não tenham alcançado aprovação nos processos seletivos que fará realizar, sob pena de descumprimento do ajuste e imposição de multa”.

Em 8.10.08 o Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente execução, informando que o agravante vem descumprindo os termos do ajustamento, que ficou comprovado por meio de ações trabalhistas ajuizadas, tendo postulado a imediata execução da multa pactuada, no valor de R\$24.573,64.

A exigibilidade do título que ora se executa tem fundamento no § 6º do art. 5º da Lei 7.347/85, segundo o qual “os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”.

Ademais, a Lei 9.958, de 12.1.00, que conferiu nova redação ao art. 876 da CLT, incluiu no rol dos títulos executivos o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho, exigindo, contudo, o atendimento das imposições contidas no art. 586 do CPC, quanto à certeza, liquidez e exigibilidade para sua execução, requisitos presentes na espécie, pois no referido termo há cláusula expressa prevendo a cominação de multa, com indicação dos valores, na hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas.

Segundo o item II do art. 585 do CPC, o título executivo extrajudicial que necessita de testemunhas para sua exigibilidade é o “documento particular assinado pelo devedor”, que não corresponde ao termo de compromisso em questão que, aliás, não pode ser tratado como forma de transação comum de natureza civil, eis que firmado perante o Ministério Público do Trabalho, órgão público, de forma que as obrigações que ele dispõe assumem caráter de norma cogente, descabendo, portanto, a necessidade de sua homologação judicial.

Quanto ao argumento de que não há previsão legal de punição para a pessoa jurídica de direito público nas hipóteses de contratação de pessoal sem a observância do art. 37, II, da CR, registre-se que as multas foram livremente ajustadas entre as partes e encontra respaldo no mencionado art. 5º da Lei 7.347/85.

**ACÓRDÃO-00497-2008-096-03-00-9-AP**

Rejeito.

**ISTO POSTO,**

Conheço do agravo e nego-lhe provimento, condenando o agravante em custas de R\$44,26, das quais está isento, na forma do art. 790-A da CLT.

**FUNDAMENTOS** pelos quais,

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, em sessão ordinária da Quinta Turma, julgou o presente processo e, à unanimidade, conheceu do agravo; no mérito, sem divergência, negou-lhe provimento, condenando o agravante em custas de R\$44,26, das quais está isento, na forma do art. 790-A da CLT.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2009.